



X COLÓQUIO INTERNACIONAL

"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

MARCELO MAZZA

IRANY GOMES BARROS

VALDECI AUGUSTO DE OLIVEIRA

EIXO: 2. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS AFIRMATIVAS

Resumo A responsabilidade social nas instituições de ensino superior tem ganhado relevância nos debates do campo da educação superior no que diz respeito ao desenvolvimento social, cultural, ambiental e cultural. Como objetivo geral analisar a importância que as Instituições de Ensino Superior têm para a comunidade onde está inserida, no sentido da responsabilidade social a partir do desenvolvimento de seus projetos sociais, do programa de extensão. A pesquisa de apontou resultados em que as ações de Responsabilidade Social desenvolvidas via projetos do programa de extensão favorece o desenvolvimento social, bem como sua aproximação com a sociedade, não perdendo o foco na educação e a formação do cidadão. **Palavras-chave:** Responsabilidade Social. Desenvolvimento Social. Educação – Aspectos Sociais. **Resumen** La responsabilidad social en las instituciones de educación superior ha ganado importancia en el campo de la educación superior de los debates en relación con el desarrollo social, cultural, ambiental y cultural. Como objetivo general analizar la importancia de que las instituciones de educación superior tienen a la comunidad donde opera, en el sentido de la responsabilidad social a partir del desarrollo de sus proyectos sociales, el programa de extensión. Los resultados de la investigación mostraron que las acciones de Responsabilidad Social desarrollados a través de los proyectos del programa de extensión promueve el desarrollo social, así como su acercamiento a la sociedad, no perder el foco en la educación y formación de los ciudadanos. **Palabras clave:** responsabilidad social. Desarrollo Social. Educación - Aspectos sociales.

Introdução O tema proposto revela, no cenário atual, uma preocupação direcionada em não

apenas se formarem profissionais para o mercado de trabalho, mas também formá-los para o comprometimento com o social, e fazer com que reflitam e percebam o crescimento que isso trará a todos, não só no campo profissional, como também no âmbito pessoal e proporcionar favorecimento positivo de como estão sendo avaliadas as ações de Responsabilidade social exercida pela Instituição. Trazer a importância da Responsabilidade social na universidade despertando o interesse em compreender melhor a dinâmica da instituição na execução de suas principais funções e seu papel fundamental na produção e disseminação do conhecimento no desenvolvimento da comunidade onde está inserido no que toca a Responsabilidade Social como uma etapa avançada na implementação da cidadania corporativa e, sobretudo alcançando a Responsabilidade Social Universitária (RSU), especialmente no ambiente brasileiro universitário e, especialmente lançando olhar analítico crítico de uma Universidade como instância singular do fator de Desenvolvimento, Extensão, sua normatização e implementação, sem esquecer sua articulação como política pública, movimento social e como setor produtivo. Compreender que o acesso às informações por todos diminuirá a desigualdade. Partindo deste princípio, é possível ter em mente que "conhecimento é a chave da oportunidade". **Antecedentes e formulação do problema** O movimento da Responsabilidade Social passou a ser pauta na agenda dos empresários brasileiros nos anos 1990, tendo ocorrido as primeiras manifestações com participação de comunidade, empresários, mídia e políticos, em 1996 a partir da forte atuação do sociólogo brasileiro Herbert José de Sousa - criador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) - através da realização de uma campanha incentivando as empresas a uma maior atividade social. Na ocasião, foi apresentada a ideia da criação e publicação do Balanço Social Brasileiro (em uso na França desde 1977). A partir de então, o assunto ganhou destaque no ambiente empresarial, especialmente em 1998, com a criação do Instituto ETHOS, que criou um material para auxiliar as empresas a incorporarem e compreenderem o conceito de responsabilidade social na gestão diária (PASSADOR, 2002). No contexto atual, alguns termos como: Filantropia Empresarial, Ação Social, Investimento Social Privado, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável, merecem destaque ao discutir-se a Responsabilidade Social. Para melhor compreendê-los, identificaram-se algumas concepções que vem sendo utilizadas para cada um desses termos que são descritos a seguir. **a) Filantropia Empresarial** A Filantropia Empresarial ocorre quando uma empresa envolve-se com algum tema ou causa, através de doações de recursos humanos ou financeiros, mesmo que não haja relação com sua atividade empresarial. Filantropia é um modo de contribuição social, não um modo de gestão.

b) Ação Social

Consiste na ação de curto prazo com objetivo de satisfazer as necessidades em prol da sociedade ou de uma comunidade específica. Na pesquisa

intitulada A Iniciativa Privada e o Espírito Público: A evolução da ação social das empresas privadas no Brasil considerou-se ação social qualquer atividade que as empresas realizam, em caráter voluntário, para o atendimento das comunidades, nas áreas de assistência social, alimentação, saúde e educação, dentre outras, incluindo desde pequenas doações eventuais para pessoas ou instituições até projetos maiores e estruturados. (GUIA DA SUSTENTABILIDADE E CIDADANIA CORPORATIVA, 2005, p. 28).

c) Investimento Social Privado

Fundações e Empresas tratam-se do uso planejado, monitorado e voluntário de recursos privados, provenientes de pessoas físicas ou jurídicas, em projetos de interesse público. (GUIA DA SUSTENTABILIDADE E CIDADANIA CORPORATIVA, 2005, p. 28).

d) Responsabilidade Social Existem vários sentidos para a compreensão desse termo, incluindo o de uma relação transparente e ética de uma organização com todos os envolvidos, focando no desenvolvimento sustentável. A Responsabilidade Social deve ser entendida como uma filosofia e uma prática de empresa visando a viabilização de operações que façam a instituição ou empresa envolverem-se com comunidade na qual estão inseridas. Isso quer dizer respeito a seus empregados, com a promoção de um ambiente de trabalho favorável, treinamento, oportunidades de crescimento na carreira e adequada remuneração, dando valor à sua participação nas tomadas de decisão. Significa, igualmente, desenvolver a conservação do meio ambiente, projetos comunitários, o consumo sustentável, e mobilizar seus funcionários para o trabalho voluntário. Essa consciência é gradual, e no mundo dos negócios hoje é um importante indicador para os consumidores que anseiam por serviços e produtos, e para os profissionais que procuram por emprego. Calderón (2005) aponta que as estratégias de marketing na questão da responsabilidade social são uma tendência, à proporção que há homogeneização de todas as instituições privadas como empresas de ensino, independentemente dos seus fins lucrativos. Ocorreu o segundo momento em 2004, com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES em que a Responsabilidade Social foi eleita um dos aspectos de avaliação das instituições de ensino superior. Construir uma Universidade partindo de seus principais objetivos formação profissional, desenvolvimento e disseminação de novos conhecimentos é um complexo processo frente à diversidade do trabalho científico acadêmico. A concepção de extensão universitária na história das universidades no Brasil, especialmente das públicas, passou por vários fundamentos conceituais. Imagem organizacional e extensão universitária: esses

momentos mostram-se, dentro de cada universidade, em uma transição, devido à sua história e seu projeto educacional. Por isso, podemos identificar nas instituições de ensino superior brasileiras universidades em vários desses aspectos conceituais. **Objetivos** - Avaliar os projetos de responsabilidade social que se desenvolvem junto à comunidade e os resultados alcançados. - Especificar a importância do ensino superior como instrumento de desenvolvimento social. **Justificativa** No mundo globalizado em que se vive, onde a desigualdade e a falta de oportunidade em compartilhar a informação requerem das universidades um compromisso social maior com a comunidade onde estão inseridas, para que possa proporcionar esta busca daqueles que não têm a oportunidade de conquistá-la, proporcionando aos municípios um desenvolvimento social, que tanto os afligem. A Responsabilidade Social não se esgota nos projetos sociais que contribuam para o desenvolvimento social. Cabe ressaltar que a missão e o valor fundamental do ensino superior é promover o desenvolvimento cultural e socioeconômico da comunidade como um todo, devendo ser preservados e expandidos, sobretudo seus projetos e ações de Responsabilidade Social. As atividades de responsabilidade social devem compor as IES, direcionadas para o cumprimento de seus objetivos, devendo ser relacionadas aos indicadores de desempenho à avaliação nacional de ensino superior. Essa relevância também pode ser destacada pelo fato de os projetos desenvolvidos pelo meio acadêmico possam colaborar com o desenvolvimento sustentável e a melhoria da sociedade em que se insere. **Responsabilidade social universitária (RSU)** Fazer parte de uma universidade seja como docente, discente, gestor/a é algo que desperta o interesse por melhor compreender a dinâmica da instituição no desempenho de suas funções básicas e o seu papel capital na produção e difusão do conhecimento para o desenvolvimento da sociedade onde está inserida. O papel da universidade, tratando-se da responsabilidade social universitária (RSU), e como complemento de suas funções básicas de ensino, pesquisa e extensão, são também o de desenvolver mentes humanas para o pleno exercício da cidadania através de ações criativas capazes de construir sociedades socialmente responsáveis e economicamente sustentáveis. Assim, diz-se que a universidade tem papel capital na promoção de ações de responsabilidade social, ou seja, ela concretiza o seu papel de instituição geradora de conhecimento através da RSU no processo que inter-relaciona ensino, pesquisa e extensão. Esse protagonismo inovador e criador por parte dos educadores revelam sua disposição a uma prática de interação que venha somar com o que, mesmo em circunstâncias complexas, existe como valor nesse universo de mundo globalizado, a chamada “aldeia global”. A realidade atual, com suas complexidades e desafios e carregadas de ambiguidades, caminha a passos largos apontando para uma cultura global de urbanização. O pesquisador em campo, operando com todas as forças, boa vontade e a valiosa contribuição da informática, sente-se, dado à complexidade da demanda, em posição, no

momento inicial, de fragilidade e mesmo insegurança; percalço logo superado pela interação e parceria. Essa condição inicial não dispensa suporte formativo, monitoria humana-existencial para que assim possa melhor manejar o trabalho, de forma a postular, a partir da consciência cidadã, uma nova sociedade. Freire (1974) nos diz a esse respeito que:

[...] a conscientização é, nesse sentido, um teste da realidade. Quanto maior a conscientização, mais se desvela a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto ante o qual nos encontramos para analisá-lo. Por essa razão a conscientização não consiste em estarmos diante da realidade assumindo uma posição falsamente intelectual. A consciência não pode existir fora da *práxis*, isto é, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui de maneira permanente o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. (FREIRE, 1974, p. 30). No mundo em que vivemos, sujeito a rápidas mudanças e agitado por questões complexas, de profunda relevância para a vida humana, as repercussões das transformações socioeconômicas e políticas que ocorrem no mundo moderno, mudanças que afetam a produção, a sociedade e o Estado, exigem pensar novas estratégias de ação em todos os segmentos da sociedade. Por isso mesmo urge se pensar novas abordagens políticas sérias e eficazes que possam atender ao que chamamos demanda social, analisando o contexto de exclusão em que expressivo número da sociedade está inserido. Educação formal, como o próprio nome já diz, consiste essencialmente em uma meta governamental do Estado, com caráter de obrigatoriedade, em desenvolver, de forma sistemática e linear, em um país ou em instituições particulares equipadas adequadamente para este fim, obedecendo a um cronograma rígido, o que se define como política educacional oficial. Conforme cita Fragoso Filho (1993):

Nos melhores momentos da educação formal, no seu apogeu, nas horas de grandes reformas, sempre houve alguém sonhando com outros rumos e alguém tentando realizar esse sonho de uma educação no mais real, no mais perto, à mão, em casa, na rua, longe dos padrões, com mais alimento e mais agasalho, em dedicação total, sem filas e sem números, com data e nome, com menos horário e mais acolhimento. (FRAGOSO FILHO, 1993, p. 12).

Há que se conceber esse postulado do saber como construção, interagindo

com o meio e a partir de uma prática vivencial do cotidiano, da base, “mais caseira e artesanal, sem muitas convenções e burocracias, a partir da vida, dos desafios e das necessidades mais básicas, mas dentro do universo do educando, de suas marcas, do seu modo de ser” (FRAGOSO FILHO, 1993, p. 12), fazendo e se desenvolvendo, não por vias ortodoxas, mas sim através do ato descobridor e criador de quem garimpa na seara da vida. Como nos fala Carlos Fragoso Filho, “a educação alternativa/informal ou procurada de outros caminhos sempre existirá de uma forma ou de outra. Ela sempre existiu, mesmo de rosto velado, sem verbalização e sem codificações” (FRAGOSO FILHO, 1993, p. 12). Historicamente, o sistema político social brasileiro é confuso quanto à coordenação entre as diversas ações governamentais, principalmente no que se refere ao social. Dessa forma, acaba gerando prejuízos e entraves para a eficácia das políticas públicas, por conta de negociatas e conchavos político-partidários, e proporcionando a cultura da desigualdade, violando a soberania do direito cidadão, pondo em risco sonhos e utopias de quem, acreditando em si mesmo, mergulha, com esperança, no tempo dinâmico da história. Conforme nos fala Fragoso Filho (1993, p. 12), “... não há aprendizagem fora de um espaço e de um tempo, cenário, contexto, referência um mundo e, portanto, uma história de vida. Só aí é que se pode educar de verdade”. Têm-se, hoje, no Brasil, alguns modelos de juventude, cada um com suas peculiaridades, ou seja, seu jeito de ser, pensar e se conduzir. Nessa rede de interação social múltipla, a expressão da diferença passa também pelos confrontos que, na medida e temperatura certas, contribuem fazendo com que esse contingente de jovens, oriundo, da zona rural, das pequenas, médias e grandes cidades, forme o que chamamos juventude popular urbana que, em sua condição, como todo ser humano, procura um lugar ao sol. Para entender melhor como se deu o processo de educação social no Brasil, dialogar com autores voltados para o tema torna-se, aqui, de suma importância. Nesses termos, Oliveira (2004) afirma que, pelos aportes teóricos de Paulo Freire, a Teologia da Libertação e mais a contribuição substancial de estudiosos e pesquisadores como Célestin Freinet e Emília Ferreiro, a educação social começou, no Brasil, pelos idos de 1970. Reiterando o pensamento de Oliveira (2004), Gadotti (2001) acredita que essa educação funda uma pedagogia social em construção que exige o compromisso profissional e se torna intrínseca a uma consistente formação teórico-técnico-científica, numa

teia existencial de amor pelos excluídos e coragem de denunciar as injustiças que lhes impedem de ser um sujeito histórico. Segundo Juvenal Arduini, a revolta (trazer de volta) é uma ação que visa conquistar de forma individual e coletiva as condições necessárias para que o ser humano seja um ator/autor social (ARDUINI, 2002, s. p.). Concluindo, percebe-se a importância desse agente educador quando valoriza os saberes diferenciados e reforça a interação de um grupo aliado capaz de desenvolver e assumir nova postura, saindo da condição, segundo Freire (2005), de *esfarrapados do mundo* para a condição de sujeitos de direito convocados para lutar contra as diversas formas de dominação vigentes. Internalizando o compromisso fundamentalmente *amoroso* a ser conquistado e assumido, ou seja, na condição de educador democrático, é preciso provocar no grupo o que Freire chamava de *transformação do mundo*. Os agentes sociais educadores, não obstante limitações se apresentam fluentes e proativos em relação às diversas metodologias compreendendo e pondo em prática a assertiva do carinho, acolhendo, dando atenção, compreendendo a singularidade de cada um que, em geral, carrega marcas e lembranças diversas e adversas até mesmo de feridas provocadas pelos golpes da vida causadores de tantos sofrimentos, reflexo de um sistema desigual, injusto e perverso, responsável, corporativa e ideologicamente, pelos abusos, explorações, abandonos e violências contra um povo, uma comunidade. Na formação integral humanizadora não se pode deixar fora do circuito reflexivo o que se chama de processo dinâmico de elaboração/criação. Tal processo pede e espera do agente social educador mudanças de paradigmas, tendo como base a teoria do pensador Sócrates. Na condição de filósofo e educador, tendo ao seu redor os admiradores que se reuniam até mesmo nas praças, Sócrates não dava aulas, pois defendia que conhecimentos e saberes se dão de dentro para fora, numa construção da autonomia de novas gerações. Segundo ele, por esse procedimento e vivenciando a maiêutica que fala de construção, o aprendiz se torna autônomo. O procedimento de Sócrates se dava através dos chamados *disputatios*, onde o filósofo, provocando discussões entre os alunos, se punha na condição de ouvinte atento, intervindo quando necessário e respeitando as construções, posições e defesas dos discípulos. Todavia Vygotsky, que tem sua teoria do interativismo muito próxima à de Sócrates, emerge como uma força a mais para se pensar a questão da formação integral humanizadora, pois eleva a

pessoa do educando que aprende melhor quando lida com coisas a serem usadas no dia a dia, o que valoriza sua inquietação. Assim, utiliza o termo *aprendizagem situada*, em que a figura do agente educador é a de mediador, de facilitador que interage. Uma vez centrado no aprendente, passa a vê-lo não como objeto e sim como sujeito ativo e com potencialidades. O diálogo desse sujeito com o agente educador que tem o cuidado de preservar a cultura e o modo de cada um se dá quando, no tempo dele, passa a confiar. Os agentes sociais educadores defendem e se unem na ação conjunta de resgatar o ser humano, gerando o crescimento. Eles sabem que resgate e crescimento não se fazem sem a transformação da realidade concreta que está gerando injustiças e cuja superação só ocorrerá a partir da conscientização, no corpo a corpo, na utilização das redes sociais, do envolvimento total das universidades com projetos sustentáveis, profissionalizantes e proativos capazes de, respeitando as diferenças, render frutos permanentes de construção humana. **A RSU nas universidades** Os compromissos sociais e educacionais devem constar da missão da instituição, e na maioria das vezes estão nos seus estatutos sociais. É importante determinar quais são estes compromissos, quais ações para firma-los e sustenta-los de pé, e quais recursos são necessários para cumprir o propósito da instituição socialmente engajada. O saber produzido na universidade por meio do estudo e investigação, amplamente utilizado no tecido social via ensino e extensão, mostra-se como uma das obrigações mais importantes da Universidade e da sociedade. A gestão socialmente responsável e democrática é uma das principais ferramentas para consolidar os compromissos. Para atingir os objetivos implícitos da missão, a instituição tem de confiar nas pessoas, o maior potencial da universidade. A situação atual exige que as faculdades objetivem vencer os desafios impostos a elas e transforma-los em compromissos sociais, como, por exemplo, os citados por Miguel Zabalza (2004).

[...] as universidades: não se contentarem em apenas transmitirem a ciência, mas em formar a ciência através da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão; incluir um sentido prático e profissionalizante para a formação dos/as estudantes; manter-se abertas ao contexto social, econômico e profissional e nunca se fecharem em si mesmas; difundirem o conhecimento por elas produzido. (ZABALZA, 2004, p.161). Pode-se afirmar que há o compromisso também da universidade com a educação das

peçoas com as habilidades técnicas necessárias para atender as necessidades do mercado profissional, mas com o poder do pensamento crítico sobre a realidade do que acontece ao seu redor. No âmbito político, o compromisso social das universidades, de fato, é assumir o papel de uma instituição de integração social (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008). No que diz respeito à produção de conhecimento, sua função é dominar as ciências de seu tempo. Portanto, é uma das tarefas da universidade fazer o maior número de cidadãos é possível herdar o patrimônio científico, artístico, e intelectual da humanidade (RIBEIRO, 1982). As instituições de ensino superior têm um compromisso institucional e social de formar os seres humanos para lidar com os problemas complexos dos dias atuais, de modo a buscar soluções para os problemas mais urgentes no âmbito social. Devem formar profissionais com senso crítico, preparados para atuação em uma variedade de áreas do mercado, com produção e difusão de conhecimento para desenvolvimento político, social e econômico. O cerne da universidade é estar no presente, mas voltada para os dias futuros. Deste modo, com o crescimento da educação superior brasileira, em especial a particular, faz-se importante o uso de ferramentas que garantam sua qualidade, sob pena de se tornar ineficiente frente às demandas de mercado e as necessidades sociais atuais. A função social desempenhada pelo ensino superior está relacionada com seu aspecto de universalidade e deve ser ligadas às mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais do seu espaço e de seu tempo. **Extensão Universitária** Extensão da Universidade, de acordo com o princípio da indivisibilidade da pesquisa, ensino e extensão previsto constitucionalmente, é um processo interdisciplinar cultural, científico, educativo, e político que fomenta interação entre as universidades e os demais setores da sociedade visando transformação. A Extensão Universitária trata da posição que a universidade assume na sociedade em que está inserida. Seu objetivo é um processo cultural, educativo, político, e científico através do qual fomenta-se uma reciprocidade transformadora não só da Universidade, mas também dos setores sociais envolvidos. A Extensão Universitária engloba também a prática acadêmica que deve ser cultivada conforme a Constituição de 1988, de modo inseparável com a pesquisa e o ensino, visando a garantia da democracia e da isonomia, bem como o desenvolvimento social na sua dimensão humana, econômica, ética, e social. A definição de Extensão Universitária e as diretrizes definidas no

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior, retratadas mais a frente, desempenham um papel importante como guia da prática extensionista. As ações políticas que colaboram para o reforço da Extensão Universitária, também estabelecidas no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira (FORPROEX) são as seguintes: padronização e implementação nas universidades públicas, articulação de medidas de extensão com políticas públicas, os setores produtivos da sociedade e os movimentos sociais e, finalmente, iniciativas de democratização e expansão do ensino superior. O trinômio ensino-pesquisa-extensão constitui o núcleo central de RSU e, em certo sentido, desenha o papel da universidade como um local de produção e disseminação de conhecimento que contribui significativamente para o desenvolvimento científico, político, social, econômico e cultural. Devido a isso, a universidade deve permanecer crítica e independente, para conseguir realizar sua missão de preparar a sociedade para vivenciar um mundo globalizado, focado no conhecimento.

Implementação e Normatização da Extensão Universitária Para fortalecer a Extensão Universitária é necessário fazer dela uma parte do pensamento e do dia-a-dia da vida acadêmica. Isso, por sua vez, requer a implementação efetiva das regras e regulamentos já em vigor, em particular a exigência constitucional, os institutos trazidos pela LDB e pela PNE 2001 - 2010, os princípios e as diretrizes pactuados no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, além do próprio significado de Extensão Universitária. Dada que a Constituição Federal de 1988, a LDB e o PNE 2001-2010 são vinculantes, os parâmetros acordados no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras visam a introdução de uma maior homogeneidade em relação às ações da Extensão Universitária e um norte compatível com os anseios da academia e da sociedade brasileira. Deste modo, esses parâmetros não comprometem a autonomia dos Conselhos Superiores das Universidades Públicas, em especial, a do Conselho de Ensino, do Conselho Universitário, da Pesquisa e Extensão e não contrariam decisões constantes do Regimento Geral, Estatuto, resoluções, Plano de Desenvolvimento Institucional, etc.

Associação da Extensão Universitária e das políticas públicas A importância de uma integração da universidade pública como um todo e da atividade universitária de extensão, em especial, com as políticas públicas, é

muito mais que a ajuda nas ações de extensão, na produção de conhecimento e na formação de qualificados profissionais para o desenvolvimento, implementação e avaliação de políticas públicas. Consequências positivas da associação da Extensão Universitária com política pública podem ser geradas, primeiramente, pela ajuda direta dos agentes da universidade via ações de extensão, tanto no planejamento quanto na implementação e na avaliação destas estratégias, principalmente as sociais, contribuindo deste modo para o reforço das próprias atividades de extensão relacionadas, no tocante à eficácia e eficiência, financiamento e alcance. **Conexão - Extensão Universitária e movimentos sociais** O reforço da Extensão Universitária e de sua luta contra a exclusão social, e contra todas as formas de discriminação e desigualdade, que também são favorecidos pela integração das ações de extensão com os movimentos sociais que expressam as demandas dos grupos vulneráveis. Como ocorre nas políticas públicas, a interação entre a Extensão Universitária e os movimentos sociais deve se basear no pensamento crítico e na autonomia, assim como precisa manter a autonomia destes movimentos, buscando o estabelecimento de relações de parceria com eles, rejeitando o impulso de controle ou associação. **Extensão Universitária e setores produtivos** A interação entre Extensão Universitária e setores produtivos da sociedade encerra a lista de articulações que potencialmente contribuem para a importância daquela. A interação dialógica, a missão de enfrentar a exclusão social e a luta contra a desigualdade e discriminação assume o centro. E essa centralização não é difícil de perceber. Através da interação dialógica com os setores produtivos, via ações de extensão, a Universidade identifica os problemas, preocupações e interesses dos setores envolvidos, concentrando os seus esforços para a sua solução. Com isso, a Universidade colabora diretamente com o desenvolvimento econômico do Brasil, que por sua vez, tem uma repercussão positiva na qualidade de vida do povo, especialmente o de baixa renda e excluído, considerando um contexto democrático. **Universidade e sua relação com a sociedade** A universidade é uma instituição social com mais de quinhentos anos de história, que desde sua origem possui um caráter inovador, inquietador e revolucionário. Contudo, diante dos avanços inestimáveis da sociedade, é fundamental que se resgate a função primordial das universidades, seu caráter civilizatório, promotor de valores culturais, morais e intelectuais.

Como ressaltou Buarque (2003) o futuro da universidade encontra-se ameaçado, pois ela não resistirá as velocidades do avanço do conhecimento e de sua divulgação. Ou seja, o sistema de ensino superior tem pela frente desafios que não podem ser adiados, tendo em vista a mutação tecnológica que atropela a tudo e a todos. **Das Conclusões** os projetos de extensão são importantes, no que diz respeito à inclusão social para o desenvolvimento social, da defesa da memória e do patrimônio cultural, através de novos serviços ao meio universitário, à diversidade cultural e de lazer, proporcionando uma melhoria social para o município e através atendendo assim, os interesses da comunidade. no contexto da responsabilidade social, contribui para o desenvolvimento social, a partir de quando, se apresenta reflexivo, sustentado por vivências das práticas sociais, formando cidadãos competentes e solidários, promovendo a inclusão social, promovendo a formação de recursos humanos de alto nível com qualidade. Também que os projetos sociais de extensão da IES apresentam excelente a avaliação como desenvolvimento social e cultural da sociedade. A sociedade cível organizada, é muito relevante, ou seja a grande maioria participa do projetos sócias, os quais consideram de boa qualidade. Destacaram como bons, os seguintes projetos: Projeto Semana Cultural; Projeto Festa Junina; Projeto Solidariedade Um Ato de Amor; Projeto Trote Solidário; Projeto Vida Ativa. Como Instituição de Ensino Superior, através do seu programa de extensão acadêmica, e dos seus projetos de responsabilidade social, tanto com a comunidade acadêmica, quanto com a sociedade civil organizada, as quais participam, e entendem que tais programas e projetos, trazem benefícios ao município no sentido do desenvolvimento social a partir do desenvolvimentos: cultural, profissional e de inclusão. **Das recomendações** A pesquisa não se encerra aqui, cabe ao pesquisador enquanto docente e da IES, continuar seus estudos na área de responsabilidade social, no sentido de contribuir para as melhorias no programa de extensão e consequentemente na organização dos projetos sociais, no sentido de uma melhor adequação as questões legais e os pressupostos teóricos da Responsabilidade social. Recomendamos aos diretores das faculdades no que tange os projetos de extensão, a abertura de novos cursos na área de direito, Engenharia civil, Enfermagem, Pedagogia, Educação física e Serviço Social, pois estes vêm ao anseio e necessidade da comunidade, proporcionando um maior desenvolvimento socioeconômico para os

municípios. Aos Prefeitos e secretários municipais que possam promover a formação continuada de seus profissionais, pois essa formação vai trazer não só a eles, mas para a comunidade uma certeza de que dias melhores virão, podendo também o poder público incentivar a inserção de pessoas carentes ao ensino superior através de bolsas auxílio, com isso tornará os municípios com um potencial humano com qualificação para o mercado de trabalho tornando-se um chamariz para empresas se instalarem no município. Recomendamos também a direção das IES nos seus projetos sociais, a expansão dos mesmos para a área da saúde onde se encontra uma deficiência muito grande no município, assim poderá proporcionar a comunidade uma qualidade de vida digna. Aos governos a ajudar na definição de estratégias da execução dos novos projetos, com isso mostrar à comunidade a responsabilidade que o município tem para com eles, para uma melhoria social. Sugerimos os Governos que tenha o compromisso junto à comunidade na construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos e aos grupos com situação de exclusão e discriminação, assim com certeza teremos uma sociedade humanizada e de valores.

REFERÊNCIAS ARDUINI, **Juvenal. Antropologia:** ousar para Reinventar a humanidade. São Paulo: Paulus, 2002. **ETHOS. Glossário, 2008.**

Disponível em:

<http://>

[www.](http://www.ethos.org.br)

[ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)

[/docs/conceitos_praticas/indicadores/glossario/:](http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/glossario/)

Acesso em: 8 fev. 2015. FRAGOSO FILHO, Carlos; JESUS, D. M. de; SOUZA, S. R. E. de. **Educação Alternativa:** Da Utopia à Realidade. Belo Horizonte: FUMARC, 1993. FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. **POLITICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.**

Disponível em:

<http://>

[www.](http://www.renex.org.br)

[renex.org.br](http://www.renex.org.br)

[/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf](http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf)

.

Acesso em: 29 jul. 2015.

* MAZZA, Marcelo. Mestrando em Ciências da Educação pela Universidad Americana – Assunção, Paraguai – Especialista em Gestão Estratégica em Marketing. Professor na Extensão da faculdade de Piracanjuba – Piracanjuba, Goiás. E-mail: mazza.marcelo@hotmail.com

. ** BARROS, Irany Gomes. Mestre e Doutora em Ciências da Educação pela Universidad Americana – Assunção, Paraguai - Revalidado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Especialista em Arteterapia em Educação e Saúde. Bibliotecária e Professora na Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: irany2012@yahoo.com

.br

. *** OLIVEIRA, Valdeci Augusto de. Doutorando em Ciências da Educação pela Universidad Americana. Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela UCSAL. Especialista em Psicopedagogia pela Unyahna; metodologia do ensino fundamental e médio pela UNEB; e especialização em Gestão Estratégica em Políticas Públicas pela UNICAMP. Pedagogo e Historiador. Professor efetivo da Educação Básica na rede municipal de São Félix do Coribe – Bahia. E-mail: valdeciterritorio@hotmail.com

.

Recebido em: 13/06/2016

Aprovado em: 13/06/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: